



Simulado Final

**TJ BA**

Conciliador  
Pós-Edital

Tribuna  
do Esta

# Simulado

## Simulado TJ BA Conciliar

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA (Conciliar);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

### PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-08-07>

01 - (A) (B) (C) (D) (E)  
02 - (A) (B) (C) (D) (E)  
03 - (A) (B) (C) (D) (E)  
04 - (A) (B) (C) (D) (E)  
05 - (A) (B) (C) (D) (E)  
06 - (A) (B) (C) (D) (E)  
07 - (A) (B) (C) (D) (E)  
08 - (A) (B) (C) (D) (E)  
09 - (A) (B) (C) (D) (E)  
10 - (A) (B) (C) (D) (E)  
11 - (A) (B) (C) (D) (E)  
12 - (A) (B) (C) (D) (E)  
13 - (A) (B) (C) (D) (E)  
14 - (A) (B) (C) (D) (E)  
15 - (A) (B) (C) (D) (E)  
16 - (A) (B) (C) (D) (E)  
17 - (A) (B) (C) (D) (E)  
18 - (A) (B) (C) (D) (E)  
19 - (A) (B) (C) (D) (E)  
20 - (A) (B) (C) (D) (E)

20 - (A) (B) (C) (D) (E)  
21 - (A) (B) (C) (D) (E)  
22 - (A) (B) (C) (D) (E)  
23 - (A) (B) (C) (D) (E)  
24 - (A) (B) (C) (D) (E)  
25 - (A) (B) (C) (D) (E)  
26 - (A) (B) (C) (D) (E)  
27 - (A) (B) (C) (D) (E)  
28 - (A) (B) (C) (D) (E)  
29 - (A) (B) (C) (D) (E)  
30 - (A) (B) (C) (D) (E)  
31 - (A) (B) (C) (D) (E)  
32 - (A) (B) (C) (D) (E)  
33 - (A) (B) (C) (D) (E)  
34 - (A) (B) (C) (D) (E)  
35 - (A) (B) (C) (D) (E)  
36 - (A) (B) (C) (D) (E)  
37 - (A) (B) (C) (D) (E)  
38 - (A) (B) (C) (D) (E)  
39 - (A) (B) (C) (D) (E)  
40 - (A) (B) (C) (D) (E)

41 - (A) (B) (C) (D) (E)  
42 - (A) (B) (C) (D) (E)  
43 - (A) (B) (C) (D) (E)  
44 - (A) (B) (C) (D) (E)  
45 - (A) (B) (C) (D) (E)  
46 - (A) (B) (C) (D) (E)  
47 - (A) (B) (C) (D) (E)  
48 - (A) (B) (C) (D) (E)  
49 - (A) (B) (C) (D) (E)  
50 - (A) (B) (C) (D) (E)  
51 - (A) (B) (C) (D) (E)  
52 - (A) (B) (C) (D) (E)  
53 - (A) (B) (C) (D) (E)  
54 - (A) (B) (C) (D) (E)  
55 - (A) (B) (C) (D) (E)  
56 - (A) (B) (C) (D) (E)  
57 - (A) (B) (C) (D) (E)  
58 - (A) (B) (C) (D) (E)  
59 - (A) (B) (C) (D) (E)  
60 - (A) (B) (C) (D) (E)

61 - (A) (B) (C) (D) (E)  
62 - (A) (B) (C) (D) (E)  
63 - (A) (B) (C) (D) (E)  
64 - (A) (B) (C) (D) (E)  
65 - (A) (B) (C) (D) (E)  
66 - (A) (B) (C) (D) (E)  
67 - (A) (B) (C) (D) (E)  
68 - (A) (B) (C) (D) (E)  
69 - (A) (B) (C) (D) (E)  
70 - (A) (B) (C) (D) (E)  
71 - (A) (B) (C) (D) (E)  
72 - (A) (B) (C) (D) (E)  
73 - (A) (B) (C) (D) (E)  
74 - (A) (B) (C) (D) (E)  
75 - (A) (B) (C) (D) (E)  
76 - (A) (B) (C) (D) (E)  
77 - (A) (B) (C) (D) (E)  
78 - (A) (B) (C) (D) (E)  
79 - (A) (B) (C) (D) (E)  
80 - (A) (B) (C) (D) (E)

## LÍNGUA PORTUGUESA

*Adriana Figueiredo*

### TEXTO I - O brasileiro e o europeu

Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade: era “para o inglês ver”. Outros dizem que a frase célebre data dos dias de proibição do tráfico de escravos, quando no Brasil se votavam leis menos para serem cumpridas do que para satisfazerem exigências britânicas. De qualquer modo, a frase ficou. E é bem característica da atitude de simulação ou fingimento do brasileiro, como também do português diante do estrangeiro. Principalmente diante do inglês, em 1808, não mais o herege nem o “bicho” que era preciso salpicar de água benta, para se receber dentro de casa, mas, ao contrário, criatura considerada, em muitos respeitos, superior.

Sob o olhar desse ente superior, o brasileiro do século XIX foi abandonando muitos de seus hábitos tradicionais – como o de dançar dentro das igrejas no dia de São Gonçalo, por exemplo – para adotar as maneiras, os estilos e o trem de vida da nova camada de europeus que foram se estabelecendo nas nossas cidades.

Em três séculos de relativa segregação do Brasil e da Europa não ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia – em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco – definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher. Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas também um meio termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade.

No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a re-europeização se verificou pela assimilação, por parte de raros, pela imitação, da parte do maior número; e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do Tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo

reinar politicamente sobre o Brasil – e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros.

A reconquista, porém, teve de seguir suas cautelas. De tomar suas precauções. Porque houve resistências, de ordem natural, umas, outras de ordem cultural. O clima, por exemplo, resistiu ao nórdico. E sob o favor do clima, a malária e a febre amarela agiram contra o europeu.

*(FREYRE, G. O brasileiro e o europeu. In: FREYRE, G. Sobrados e mucambos. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 308-310. Adaptado).*

**01.** Em síntese, depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que

- a) Dom João VI foi o responsável pela popularização da expressão “para o inglês ver”.
- b) No início do século XIX, houve uma inversão social radical em relação à visão que se tinha dos ingleses.
- c) Os portugueses eram vistos como inferiores pelos ingleses, como “o “bicho” que era preciso salpicar de água benta”.
- d) A relação entre portugueses e brasileiros era baseada em atitudes de simulação.
- e) Uma hipótese de surgimento e propagação da expressão “para o inglês ver” é mais aceita que a outra por ser mais verossímil.

**02.** Ao dissertar sobre as mudanças que se intensificaram no Brasil a partir do final do século XVIII, o escritor Gilberto Freyre

- a) Afirma que o processo de substituição de cultura ocorreu pacificamente, uma vez que o modo de vida tido como referência à época era o europeu.
- b) Contrapõe-se à ideia de que a segregação racial interferia socioeconomicamente no Brasil do século XIX.
- c) Argumenta que algumas doenças e o clima ajudaram Portugal a tomar as terras brasileiras do domínio cultural dos ingleses.
- d) Ratifica a necessidade de adequação aos padrões europeus para o desenvolvimento nacional.
- e) Atribui à influência europeia as transformações sociais ocorridas e os padrões de vivência adotados em um processo denominado de re-europeização.

**03.** Assinale a opção que apresenta a proposta que mantém a correção gramatical no que tange ao uso da vírgula.

- a) Ouve-se que, ao chegar à Bahia, Dom João VI mandou iluminar todas as ruas.
- b) A natureza resistiu bravamente à dominação dos que, vinham da Europa com destino a terras brasileiras.
- c) A necessidade, de avançar e conquistar que os europeus tinham, deixou marcas históricas irreparáveis.
- d) A população assimilava os padrões impostos mas o processo não ofereceu facilidades.
- e) A violência da colonização e o conflito com o diferente, tornam os colonizados exilados dentro de seu próprio lar.

**04.** Quanto à tipologia textual, o texto é predominantemente

- a) expositivo
- b) descritivo
- c) narrativo
- d) argumentativo
- e) injuntivo

**05.** No trecho “na Bahia, em Pernambuco – definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem” (3º parágrafo), a partícula “se” pode ser classificada como

- a) índice de indeterminação do sujeito
- b) pronome reflexivo
- c) partícula de realce
- d) pronome apassivador
- e) parte integrante do verbo

**TEXTO II - Pesquisas mostram aumento de transtornos mentais durante pandemia**

Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena. O levantamento reuniu respostas de 1.460 pessoas de 23 estados do país. A proporção de entrevistados com depressão foi de 4,2% na primeira coleta de dados para 8% na segunda coleta. O estudo também aponta crescimento nos casos de ansiedade e estresse agudos. No caso da ansiedade aguda, a proporção foi de 8,7% para 14,9%, e no caso do estresse, foi de 6,9% para 9,7%.

De acordo com a pesquisa, as pessoas que recorreram à psicoterapia pela internet e praticaram exercícios apresentaram índices menores de estresse e ansiedade. O número das consultas virtuais realizadas neste período assusta alguns profissionais.

Uma pesquisa realizada no Reino Unido mostra relatos de psiquiatras sobre o aumento no número de atendimentos de emergência relacionados a doenças mentais e uma queda nas consultas de rotina. Segundo os depoimentos, muitas pessoas deixaram de procurar ajuda mesmo com os serviços de saúde mental ainda abertos. Por isso, acabam necessitando de atendimentos de emergência.

A pesquisa foi realizada com 1.300 médicos de saúde mental do Reino Unido e constatou que 45% haviam visto um aumento em casos urgentes, enquanto 45% relataram uma redução nas consultas de rotina.

Uma das maiores preocupações é com pacientes que possam estar com dificuldades e não estejam recebendo apoio. Os atendimentos psicológicos podem, inclusive, ser feitos online, mas o uso da tecnologia pode ser um obstáculo para algumas pessoas, como os idosos.

Alguns dos especialistas disseram que muitos pacientes desenvolveram distúrbios mentais em razão das condições do isolamento social pelo qual passaram.

Em reportagem da BBC News, Danielle Hamm, da instituição de saúde mental *Rethink Mental Illness*, afirma que, sem o atendimento adequado no momento, pode levar anos para que algumas pessoas se recuperem dos transtornos mentais gerados pela pandemia.

(Disponível em:

<https://observatorio3setor.org.br/noticias/pesquisas-mostram-aumento-de-transtornos-mentais-durante-pandemia/>. Acessado em: 09/02/2021. Adaptado)

**06.** Mantendo-se a correção gramatical, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:

- a) de que enfrentaram
- b) ao qual sobreviveram
- c) pelo qual toleraram
- d) sobre o qual sofreram
- e) em que suportaram

**07.** Sem prejuízo do sentido e da correção, o trecho sublinhado abaixo pode ser substituído por:

*Os atendimentos psicológicos podem, inclusive, ser feitos online, mas o uso da tecnologia pode ser um obstáculo para algumas pessoas, como os idosos.*

- a) por conseguinte
- b) conquanto
- c) entretanto
- d) porquanto
- e) mas também

**08.** Transpondo-se a frase “Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena” para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é apontado
- b) apontam-se
- c) foi apontado
- d) era apontado
- e) tinha sido apontado.



09. Considerando os sentidos do texto e seus aspectos linguísticos, assinale a alternativa correta.

- a) O uso da vírgula após “De acordo com a pesquisa” (2º parágrafo) é facultativo.
- b) A substituição de “psicoterapia” por sua forma no plural resultaria em incorreção gramatical em “as pessoas que recorreram à psicoterapia” (2º parágrafo).
- c) “Saúde” (4º parágrafo) é acentuada pelo mesmo motivo que “distúrbios” (6º parágrafo).
- d) “que [...] pode levar anos para que algumas pessoas se recuperem dos transtornos mentais gerados pela pandemia” (7º parágrafo) ocupa a mesma função sintática de “que possam estar com dificuldades” (5º parágrafo).
- e) A vírgula presente em “um obstáculo para algumas pessoas, como os idosos” (5º parágrafo) foi usada para isolar um adjunto adverbial deslocado.

10. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

- a) A equipe de psicólogos recém-formados, apesar da demanda social, não **tem** certeza de oportunidades de emprego.
- b) **Deveria** ser obrigatório o suporte psicológico nas escolas.
- c) **Chegaram** ao consultório pacientes com transtornos de ansiedade gerados pelo isolamento social.
- d) A maioria dos casos de depressão **têm** reflexo na parte física.
- e) Se a pandemia lhe trouxe inquietações e transtornos, procure um especialista.

## **JUIZADO ESPECIAIS CÍVEIS E JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA**

*Ricardo Torques*

11. A respeito da Lei 12.153 de 2009 (Juizados Especiais da Fazenda Pública), assinale a opção correta:

- a) No foro onde estiver instalado o juizado especial da fazenda pública, a sua competência será relativa, motivo por que caberá ao jurisdicionado escolher o procedimento.
- b) Tramitarão no juizado especial da fazenda pública as causas cujo objeto seja a impugnação da pena de demissão imposta a servidores civis nos casos de abandono e inassiduidade habitual, dada a simplicidade probatória.
- c) Os estados, o Distrito Federal e os municípios, as autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, bem como as sociedades de economia mista, podem ser réus no juizado especial da fazenda pública.
- d) As demandas sobre direitos difusos e coletivos podem tramitar no juizado especial da fazenda pública.
- e) Podem ser partes no juizado especial da fazenda pública, como autores, pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte.

12. Sobre a Lei nº 9.099/1995, os juizados especiais cíveis têm competência para julgar as ações:

- a) ações cíveis, desde que o valor da causa não exceda vinte salários-mínimos.
- b) ações de despejo para uso próprio.
- c) ações possessórias sobre bens imóveis, independentemente do valor da causa.
- d) ações de natureza alimentar.
- e) ações de interesse da fazenda pública.

**13.** A Lei Federal nº 12.153/2009, dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. A respeito da Lei, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.
- b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
- d) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- e) Nas causas de que trata esta Lei, haverá reexame necessário.

**14.** A respeito da produção de provas nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, mediante de intimação.
- b) o Juiz pode limitar ou excluir as provas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- c) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- d) apenas os meios de prova especificados em lei são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- e) a prova oral será reduzida a termo e homologada por sentença.

**15.** A respeito da Lei 12.153/09 que dispõe sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, o juiz poderá:

- a) de ofício ou a requerimento das partes, deferir apenas providências cautelares no curso do processo.
- b) apenas por requerimento das partes, deferir providências cautelares no curso do processo.
- c) apenas por requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo.
- d) apenas por requerimento das partes, deferir providências antecipatórias no curso do processo.
- e) de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo.

**16.** Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de conveniência e oportunidade.
- b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- c) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado sempre por requisição de pequeno valor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório.
- d) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
- e) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 4 anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.

**17.** Acerca dos juizados especiais cíveis (Lei 9.099/95), assinale a alternativa correta:

- a) Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- b) O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação.
- c) A citação por edital será feita quando desconhecido ou incerto o citando.
- d) Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- e) A citação por edital será feita quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando.

**18.** A respeito da Lei nº 9.099/1995, pode-se afirmar que os processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis são orientados pelos seguintes critérios:

- a) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade;
- b) isonomia, documentação, formalidade, uniformidade da jurisprudência e celeridade;
- c) oralidade, imediatidade, informalidade, economia processual e uniformidade da jurisprudência;
- d) isonomia, imediatidade, formalidade, economia processual e celeridade;
- e) oralidade, imediatidade, informalidade, celeridade e uniformidade da jurisprudência.



19. Nos processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis, admite-se a seguinte espécie de intervenção de terceiros:

- a) assistência;
- b) denúncia da lide;
- c) incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- d) chamamento ao processo;
- e) amicus curiae.

20. Sobre o princípio da oralidade no âmbito da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta:

- a) O mandato ao advogado do réu pode ser feito oralmente, salvo quanto aos poderes especiais.
- b) Tanto a sentença quanto o dispositivo que a embasa serão proferidos oralmente, em ato único da audiência de instrução e julgamento.
- c) A contestação, como exceção, deve, obrigatoriamente, ser feita por escrito.
- d) Todo e qualquer recurso pode ser feito oralmente, tão logo prolatada a sentença.
- e) O pedido originário deverá, obrigatoriamente, ser feito por escrito, mas todo e qualquer aditamento poderá ser realizado oralmente.

## **JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS**

*Renan Araújo*

21. Maurício praticou crime de resistência (detenção, de dois meses a dois anos), já tendo sido beneficiado, há 07 anos, com o benefício da transação penal por outro crime; Pitágoras praticou crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), sendo primário e de bons antecedentes, não respondendo a nenhum outro processo criminal.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que:

- a) A transação penal é cabível para Maurício, mas não para Pitágoras
- b) A transação penal e a suspensão condicional do processo são cabíveis para ambos
- c) A transação penal é cabível para Pitágoras, mas não para Maurício
- d) A suspensão condicional do processo é cabível para Maurício, mas não para Pitágoras
- e) A suspensão condicional do processo é cabível para Pitágoras, mas não para Maurício

**22.** Acerca das disposições referentes aos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), analise as assertivas a seguir:

I – A suspensão condicional do processo deverá ser revogada se, no curso do prazo de suspensão, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal.

II – Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais, todas, e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, desde que não cumulada com pena de multa.

III – A homologação da transação penal não faz coisa julgada material, de forma que o descumprimento dos termos do acordo permite a retomada da persecução penal, com o oferecimento de denúncia ou requisição de instauração de inquérito policial.

IV – A transação penal será cabível para determinado agente que praticar crime de usurpação de função pública (detenção, de três meses a dois anos, e multa), desde que preenchidos os demais requisitos.

Nesse caso, é correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III
- b) III e IV
- c) II e IV
- d) II e III
- e) I e IV

**23.** Matilda foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por Norton. Por se tratar de infração de menor potencial ofensivo, as partes compareceram à audiência preliminar, oportunidade na qual, na presença do conciliador, houve a composição dos danos civis, tendo Norton se comprometido a indenizar a vítima em R\$ 10.000,00. O Juiz, então, homologou o acordo por sentença.

Nesse caso:

- a) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, que é irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no próprio Juizado especial criminal.
- b) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, impugnável por meio de apelação, tem eficácia de título a ser executado no próprio Juizado especial criminal.
- c) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, que é irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- d) a sentença homologatória do acordo de composição civil dos danos, impugnável por meio de apelação, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- e) o acordo celebrado não gera renúncia ao direito de representação.

**24.** Acerca das disposições da Lei 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- a) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, os envolvidos serão esclarecidos sobre a possibilidade da composição dos danos civis e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena privativa de liberdade.
- b) A conciliação no Juizado especial criminal será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- c) O benefício da suspensão condicional do processo somente é cabível no caso de infrações de menor potencial ofensivo.
- d) No Juizado especial criminal, caso o Juiz rejeite a denúncia ou queixa, caberá interposição de recurso em sentido estrito contra tal decisão, no prazo de 05 dias.
- e) Homologado o acordo de composição civil dos danos em crime de ação penal pública condicionada à representação, será dada oportunidade ao ofendido para que ofereça representação verbal.

**25.** Josimar foi denunciado perante o Juizado Especial Criminal de Salvador-BA pela suposta prática do crime de desobediência. Josimar, porém, não foi encontrado no endereço indicado na inicial acusatória, tendo o Oficial de Justiça certificado que o citando se encontrava em local incerto e não sabido, conforme informações obtidas com vizinhos e com o porteiro do prédio.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei 9.099/95, é correto afirmar que:

- a) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 15 dias
- b) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 10 dias
- c) deverá ser determinada sua citação por hora certa
- d) deverá ser determinada sua citação por carta com aviso de recebimento
- e) O processo deverá ser encaminhado ao juízo comum, onde será adotado o rito previsto em lei

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

*Rodrigo Francelino*

**26.** Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta.

- a) Pessoas jurídicas não podem ser enquadradas na condição de consumidoras por faltarem a condição de vulneráveis.
- b) São equiparadas a consumidores apenas as pessoas que intervierem na relação de consumo, ainda que determináveis.
- c) Entes despersonalizados brasileiros e estrangeiros não podem ser enquadrados como consumidores para os fins do CDC.
- d) O produto é sempre bem material, palpável.
- e) Os serviços prestados à contratante em razão de vínculo trabalhista não podem atrair as regras do CDC.

**27.** Dentre os itens abaixo assinale a alternativa, que não corresponde a dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo descritos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- a) O reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo
- b) A educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo
- c) O estudo extraordinário das modificações do mercado de consumo.
- d) O fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores
- e) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor

**28.** Sobre o superendividamento nas relações de consumo assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
- b) As dívidas oriundas do superendividamento englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, exceto as operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.
- c) O superendividamento se aplica ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados dolosamente com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.
- d) As informações referidas superendividamento poderão constar de forma clara e resumida do próprio contrato, da fatura ou de instrumento apartado, de fácil acesso ao consumidor.
- e) É Permitida na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.

**29.** Joaquim efetuou a compra de um computador, por meio de um site de compras famoso, mas logo em seguida se arrependeu da compra ao perceber que o ato iria comprometer o seu orçamento. Neste caso:

- a) Joaquim poderá desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar do ato de recebimento do computador
- b) Joaquim poderá desistir do contrato, no prazo de 7 dias úteis a contar do ato de recebimento do computador
- c) Joaquim poderá desistir do contrato, no prazo de 5 dias úteis a contar do ato de recebimento do computador
- d) Joaquim poderá desistir do contrato, no prazo de 5 dias a contar do ato de recebimento do computador
- e) Joaquim não poderá desistir do contrato, pois ele deveria ter ciência da sua situação econômica.

**30.** Dentre as alternativas abaixo assinale o item que não está contido dentro do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- a) Considere que certo consumidor tenha sofrido danos materiais e morais em razão de acidente de consumo em que tenha sido constatada a culpa concorrente entre o fabricante e a pessoa jurídica que colocou o produto defeituoso no mercado.

Nessa hipótese, em razão da existência de mais de um autor da ofensa, todos devem responder pela reparação dos danos carreados ao consumidor.

- b) Caso alguém sofra infecção intestinal em razão da ingestão de produto alimentício adquirido em um supermercado, este deve responder pelos danos causados ao indivíduo, na hipótese de impossibilidade de se identificar o fabricante do referido produto.

- c) Desde que prévia e devidamente convencionada entre as partes, são admissíveis cláusulas contratuais que atenuem a obrigação dos fornecedores de indenizar danos causados aos consumidores por vícios em produtos ou serviços.

- d) Considera-se abusiva e, portanto, vedada pelo CDC a conduta do fornecedor no sentido de entregar ao consumidor produtos que não tenham sido previamente solicitados.

- e) Considere que, por erro da empresa de publicidade, tenham sido veiculados panfletos de certa loja de eletrodomésticos, em que se oferecia aos consumidores a possibilidade de dividir suas compras em até 36 parcelas mensais e sem juros, contrariando a política interna da referida empresa, que possibilita a seus clientes a divisão em, no máximo, doze parcelas mensais. Nessa situação, a loja de eletrodomésticos estará obrigada a efetuar a venda de seus produtos conforme apresentado nos panfletos.



**31.** O responsável pelo setor de empréstimos para pessoas jurídicas de instituição financeira supervisiona contrato de empréstimo para capital de giro, firmado com pessoa jurídica e aprovado pelo Departamento de Crédito e pelo Jurídico da instituição. Após atraso de algumas prestações, a pessoa jurídica invoca a proteção do Código de Defesa do Consumidor. Consoante adequada interpretação da aplicabilidade da Lei no 8.078/1990,

- a) financiamento para capital de giro está sob o âmbito da proteção da legislação do consumidor.
- b) qualquer financiamento bancário está submetido às regras da legislação consumerista.
- c) financiamentos a pessoas jurídicas para fomentar atividade produtiva não estão protegidos pelo Código do Consumidor.
- d) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano são abusivos.
- e) empréstimos de cooperativas estão fora do âmbito das relações de consumo.

**32.** Conforme o Código de Defesa do Consumidor, acerca da natureza, das regras e dos princípios que regem as relações de consumo e dos direitos básicos do consumidor assinale alternativa correta.

- a) O Código de Defesa do Consumidor estabelece enunciados normativos de proteção e de defesa do consumidor, enquadrados como de ordem privada e de interesse social, portanto de natureza cogente
- b) Consumidor é toda pessoa humana que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) O Código de Defesa do Consumidor apresenta, de forma expressa, como um dos direitos básicos do(a) consumidor(a) a efetiva reparação de danos materiais, extra materiais, individuais, coletivos e difusos, sem prever expressamente a efetiva prevenção de danos materiais, extra materiais, individuais, coletivos e difusos.
- d) A inversão do ônus da prova nas relações de consumo é automática (ope legis).
- e) As sanções administrativas postas no CDC podem ser aplicadas de forma cumulativa.

**33.** Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a afirmativa correta.

- a) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- b) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor quando for solicitada pelo fornecedor.
- c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- d) Os Sistemas de Proteção ao Crédito poderão fornecer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito, desde que assegurada ao consumidor a prerrogativa de exigir sua imediata correção, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros.
- e) Os órgãos públicos de defesa do consumidor deverão manter cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente, sem a necessidade de indicar se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

**34.** De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, acerca da Política Nacional de Relações de Consumo, dos direitos básicos do consumidor, da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e reparação de danos, nas relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- a) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, com ou sem remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- b) Um dos princípios que embasam a Política Nacional de Consumo é o da racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- c) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
- d) O prazo decadencial dos vícios aparentes se inicia da ciência do vício pelo(a) consumidor(a).
- e) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

**35.** Ainda sobre o superendividamento é vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, exceto:

- a) Indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.
- b) Ocultar ou dificultar a compreensão sobre os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda a prazo
- c) Assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio.
- d) Atender as pretensões do consumidor ou o início de tratativas sem condicionar à renúncia ou à desistência de demandas judiciais ou ainda ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.
- e) condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou a depósitos judiciais.

## DIREITO CIVIL

*Paulo Sousa*

**36.** De acordo com as disposições da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei:

- a) do primeiro domicílio conjugal;
- b) do domicílio do cônjuge mais velho;
- c) do último domicílio conjugal em comum;
- d) do domicílio do cônjuge mais velho;
- e) do domicílio no qual habitar filho comum, se houver.

**37.** A respeito da sucessão do ausente, é correto afirmar que:

- a) Decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- b) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, o juiz declarará a ausência, decorrido um ano do desaparecimento.
- c) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito dez anos depois de publicada pela imprensa.
- d) Pode-se requerer a sucessão definitiva provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.
- e) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva.

**38.** De acordo com o Código Civil, entende-se por desvio de finalidade da pessoa jurídica:

- a) o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- b) a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- c) a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- d) os atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- e) a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

**39.** Com base nos vícios de consentimento, responda:

- a) É nulo o negócio jurídico praticado com dolo.
- b) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- c) É de quatro anos o prazo prescricional para anulação do negócio jurídico praticado com coação, a contar do dia em que ela cessar.
- d) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
- e) É anulável o negócio jurídico praticado com dolo, sendo o prazo prescricional de dois anos para requerer a sua anulação.

**40.** De acordo com o Código Civil, constituem atos ilícitos:

- a) os praticados em legítima defesa.
- b) os praticados no cumprimento de ordem de superior hierárquico.
- c) os praticados no exercício regular de um direito reconhecido.
- d) a deterioração ou destruição da coisa alheia.
- e) a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

**41.** Conforme preceitua o Código Civil de 2002, a novação:

- a) pode ser utilizada licitamente como meio de validar obrigações nulas ou extintas.
- b) somente se configura caso se refira a todos os elementos da obrigação anterior, pois inexistente novação parcial.
- c) é presumida diante da modificação unilateral da forma de cumprimento da obrigação originalmente estatuída.
- d) exige a inequívoca intenção de novar, mas ela pode ser expressa ou tácita.
- e) da obrigação principal não tem reflexos sobre as obrigações acessórias, tal como a fiança.

**42.** Jaspion Brasileiro Dantas Garcia é credor de Manuel Sola De Sá Pato, Maycom Géquiçom, Padre Filho Do Espírito Santo Amém e Sextavado Obtusângulo Reto pela quantia de R\$400 mil. Os devedores assumiram a obrigação solidariamente. A respeito do caso, é correto afirmar que:

- a) Padre Filho Do Espírito Santo Amém pode ser demandado pela quantia integral, sem que os demais devedores paguem ao credor qualquer valor.
- b) Morrendo Manuel Sola De Sá Pato, seus filhos, Joaquim Sola De Sá Pato e Manuel Sola De Sá Pato Filho, podem ser demandados pelo valor integral da cota de seu pai.
- c) Pagando Sextavado Obtusângulo Reto o valor de R\$350 mil, Manuel Sola De Sá Pato deve pagar apenas R\$100 mil, que corresponde à sua cota-parte.
- d) Se Padre Filho Do Espírito Santo Amém negociar com Jaspion Brasileiro Dantas Garcia, pode a dívida ser postergada, pagando todos os cocredores o valor de R\$400 mil.
- e) Se a obrigação consistisse no dever de Manuel Sola De Sá Pato entregar um veículo a Jaspion Brasileiro Dantas Garcia, Maycom Géquiçom, Padre Filho Do Espírito Santo Amém e Sextavado Obtusângulo Reto arcariam, além da indenização correspondente ao valor do automóvel, também pelas perdas e danos havidas.

**43.** É subjetiva a responsabilidade:

- a) dos pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) dos donos de hotéis, pelos seus hóspedes.
- c) do tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.
- d) do empregador, por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir.
- e) do agente público, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

**44.** São elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil subjetiva:

- a) o dano, apenas.
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito.
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade.
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa.
- e) o dano, o ato ilícito e o nexo causal.

**45.** Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, acerca do domicílio das pessoas naturais e jurídicas, é correto afirmar que:

- a) O local onde determinada pessoa exerça sua profissão, se diferente daquele onde ela estabelece residência com ânimo definitivo, não pode ser considerado domicílio.
- b) A União, dado seu caráter de pessoa jurídica de direito Público, terá como domicílio todo o território nacional.
- c) A pessoa jurídica que conta com diversos estabelecimentos em lugares diferentes, deverá eleger em seu estatuto, um deles para que ser considerado seu domicílio.
- d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- e) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no último local onde estabeleceu residência com ânimo definitivo.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Thállius Moraes*

**46.** Assinale a alternativa que correlaciona corretamente os princípios e seus respectivos conceitos:

- 1) Livre convencimento motivado
  - 2) Instrumentalidade das formas
  - 3) Inafastabilidade da jurisdição
  - 4) Aderência ao território
- ( ) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito
- ( ) O poder do juiz de decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.
- ( ) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- ( ) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.
- a) 3, 1, 2 e 4.
  - b) 3, 2, 1 e 4.
  - c) 1, 3, 4 e 2.
  - d) 1, 3, 2 e 4.
  - e) 4, 2, 1 e 3.



- 47.** Nos termos do Código de Processo Civil, considerando os casos em que o Ministério Público intervém como fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa correta.
- a) O Ministério Público não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.
  - b) O Ministério Público não poderá produzir provas, devendo aguardar a iniciativa das partes nesse sentido.
  - c) O Ministério Público deverá intervir sempre que a Fazenda Pública for uma das partes.
  - d) Será obrigatória a intervenção do Ministério Público em processos que envolvam o interesse de incapazes.
  - e) Nesses casos, o Ministério Público não possui legitimidade recursal.
- 48.** Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- a) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
  - b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
  - c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
  - d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
  - e) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- 49.** Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa correta.
- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
  - b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
  - c) Todas as ações ficam suspensas durante o período de férias forenses, onde as houver.
  - d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense e os domingos, os sábados, contudo, são considerados dias úteis.
  - e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- 50.** Acerca da citação no processo civil, assinale a alternativa incorreta
- a) A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação
  - b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, dentre outros casos, de quem estiver participando de ato de culto religioso.
  - c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a nulidade da citação, mas não a sua falta.
  - d) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
  - e) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.

**51.** Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

**52.** Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

**53.** O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa

**54.** Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta

- a) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade.
- c) Compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados.
- d) A assistência por advogado é obrigatória.
- e) Não é admissível a citação por edital.

55. Considerando as disposições da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, que trata da mediação e a autocomposição, assinale a alternativa correta.

- a) Poderá ser objeto de mediação o conflito que verse sobre quaisquer direitos disponíveis ou indisponíveis.
- b) A parcialidade do mediador é um dos princípios que rege a mediação.
- c) Ainda que exista previsão contratual de cláusula de mediação, as partes não são obrigadas a comparecer à primeira reunião de mediação.
- d) A mediação deverá versar sobre todo o conflito, não admitindo sua incidência de forma apenas parcial.
- e) Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

## **DIREITO PENAL**

*Antônio Pequeno*

56. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território do Uruguai, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, argentino residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

**57.** Tendo em conta as disposições penais relativas à aplicação da lei penal e ao crime constante de Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A tentativa não é punida quando o meio empregado para a prática do crime é absolutamente ineficaz para a consumação.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que a ação ou a omissão tenham se dado em momento diverso.
- c) Na hipótese de abolitio criminis, a execução da pena decorrente de sentença condenatória cessará imediatamente, mas não os demais efeitos da condenação.
- d) A reparação do dano pelo agente, nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, até a sentença, implica redução da pena.
- e) É relevante penalmente a omissão quando restar comprovado que o omitente tinha possibilidade de evitar o resultado, ainda que inexista dever de agir

**58.** A respeito das hipóteses de exclusão de ilicitude, constantes do Código Penal, é correto dizer que

- a) no estado de necessidade, ainda que seja razoável exigir o sacrifício do direito que se visou salvar, o agente restará isento de pena.
- b) a legítima defesa é justificável para repelir injusta agressão a direito próprio ou a direito alheio.
- c) o estado de necessidade é justificável apenas para salvaguarda de direito próprio, não englobando direito alheio.
- d) quando o agente age em estado de necessidade, legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, incorre em crime, mas restará isento de pena, desde que não caracterizado o excesso, doloso ou culposo.
- e) a legítima defesa específica aos agentes de segurança pública, prevista no parágrafo único do art. 25, do Código Penal, aplica-se apenas quando em causa vítima de crime de extorsão mediante sequestro.

**59.** Após discutir com alguns vizinhos, Lúcio efetuou disparos de arma de fogo para o alto na via pública, atingindo o telhado de uma das casas, o que fez com que os moradores da localidade, dois dias depois, registrassem o fato na delegacia de polícia. A autoridade policial representou pela busca e apreensão de eventual prova de crime na residência de Lúcio, o que foi deferido pelo juízo competente. No cumprimento do mandado, foi apreendida na residência uma arma de fogo sem registro, sendo certo que Lúcio não tinha autorização legal para portar ou possuir qualquer tipo de arma. Restando comprovados os fatos por prova oral e pericial, Lúcio:

- a) responderá pelos crimes de posse de arma de fogo e de disparo de arma de fogo, na forma continuada;
- b) responderá apenas pelo crime de disparo de arma de fogo, ficando o crime de posse absorvido pela consumação;
- c) responderá pelos crimes de posse de arma de fogo e de disparo de arma de fogo, em concurso material;
- d) responderá apenas pelo crime de posse de arma de fogo, configurando o disparo pós-fato impunível;
- e) não responderá por qualquer delito, pois os crimes de posse e disparo de arma de fogo exigem perigo concreto.

60. Marcos, funcionário público estadual, é investigado pela prática do crime de patrocínio de contratação indevida, por instaurar licitação, em junho de 2021, com o objetivo de favorecer os interesses de uma empresa privada junto à Administração Pública. Descoberto o patrocínio irregular, a licitação vem a ser invalidada pelo poder público. Assim é que, concluídas as investigações, sem que o funcionário admita o cometimento da infração, o Ministério Público oferece denúncia imputando a Marcos a prática do crime descrito no Art. 337-G do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 14.133/21. A pena cominada ao delito em questão é de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Considerando apenas os dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

- a) Caberia proposta de transação penal, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.
- b) Caberia proposta de suspensão condicional do processo por dois a quatro anos, mesmo que o crime não seja de menor potencial ofensivo, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.
- c) Não caberia nem a transação penal nem a suspensão condicional do processo, já que o crime em questão não é de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.
- d) Caberia, no caso, a suspensão condicional do processo, pelo período de dois a quatro anos, pois a pena privativa de liberdade máxima cominada ao delito é inferior a quatro anos.
- e) Embora não caiba a transação penal, seria admissível a suspensão condicional do processo por um a três anos, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

61. Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.
- a) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.
  - b) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
  - c) A lei processual penal não deverá ser aplicada imediatamente, por isso prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, e constitui ofensa ao princípio da irretroatividade.
  - d) A lei processual penal prevalece sobre os tratados, convenções e regras de direito internacional.
  - e) O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas inclusas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.



**62.** No que diz respeito ao Inquérito Policial, assinale a resposta correta:

- a) o inquérito policial deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial, no caso de crime de ação penal pública condicionada à representação.
- b) em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.
- c) no inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- d) poderá ser arquivado pela autoridade policial, desde que fique comprovada a inimizabilidade por doença mental do averiguado.
- e) como responsável pela instauração do inquérito policial, a Autoridade Policial deve agir em qualquer hipótese, somente por requisição de Membro do Ministério Público de quem é subordinada.

**63.** A respeito da ação penal privada subsidiária da pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) cabe ao Ministério Público aditar a queixa.
- b) no caso de negligência do querelante e com concordância deste, o Ministério Público poderá retomar a ação penal como parte principal.
- c) repudiar a inicial acusatória e oferecer denúncia substitutiva.
- d) é possível a intervenção em todos os termos do processo.
- e) poderá fornecer elementos de prova.

**64.** Em matéria de competência penal, é correto afirmar:

- a) A competência fixada pela circunstância de duas ou mais pessoas serem acusadas pela mesma infração é determinada pela continência.
- b) Tratando-se de competência territorial pelo lugar da infração, em regra, o Código de Processo Penal adotou a teoria da atividade.
- c) Em caso de conexão ou continência, prevalece, no concurso entre jurisdições da mesma categoria, como primeiro critério de preponderância, o do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.
- d) Nos casos de conexão entre competência de Justiça Estadual e Federal, predomina a competência Estadual na hipótese de processamento e julgamento do crime de sua competência ser o mais grave.
- e) Em nenhuma hipótese a competência será fixada pela residência do réu.

**65.** No que concerne ao regramento legal do *habeas corpus* previsto no CPP, é correto afirmar:

- a) É possível impetrar *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- b) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- c) A petição de *Habeas Corpus* deve ser obrigatoriamente impetrada por advogado.
- d) dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.
- e) recebida a petição de *habeas corpus*, o juiz, se julgar necessário, e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

66. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

67. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual após veto.

Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi sancionada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

**68.** Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

**69.** João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

**70.** Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**71.** Considere que José, conciliador do Tribunal de Justiça da Bahia, no exercício de suas funções, tenha deixado escapar o carrinho que levava processos até a sala de audiências. Na ocasião, o carrinho bateu no braço de Joana, que aguardava sua audiência, causando-lhe escoriações e danificando seu celular, que caiu no chão com o impacto do acidente. Para ser ressarcida dos danos sofridos em virtude dessa situação, Joana deverá ajuizar a ação de indenização em face

- a) do Tribunal de Justiça da Bahia, com base na teoria da responsabilidade subjetiva, devendo haver a necessária comprovação de dolo ou culpa por parte de José.
- b) do Tribunal de Justiça da Bahia, com base na teoria da responsabilidade objetiva, sendo desnecessária comprovação de dolo ou culpa por parte de José.
- c) do Estado da Bahia, com base na teoria da responsabilidade objetiva, sendo desnecessária comprovação de dolo ou culpa por parte de José.
- d) do Estado da Bahia, com base na teoria da responsabilidade subjetiva, devendo haver a necessária comprovação de dolo ou culpa por parte de José.
- e) do Tribunal de Justiça da Bahia e do Estado da Bahia, com base na responsabilidade solidária e subjetiva entre os dois entes, devendo haver, ainda, a necessária comprovação de dolo ou culpa por parte de José.

**72.** Acerca das empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que

- a) por terem personalidade jurídica de direito privado, não se submetem à tutela do ente instituidor, por intermédio do ministério do setor correspondente.
- b) estão dispensadas da prestação de contas aos órgãos de controle, em virtude da natureza privada dos recursos recebidos.
- c) estão sujeitas ao regime falimentar, quando sua atividade principal seja a prestação de serviços públicos.
- d) a alienação do controle acionário de empresas públicas e de sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação.
- e) a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista deve ser autorizada por lei complementar específica.

**73.** Suponha que o Estado da Bahia pretenda contratar a reforma de edifícios utilizados na prestação de serviços essenciais à sociedade e que pretenda realizar a contratação nas modalidades concorrência ou diálogo competitivo. Tendo como base essas informações, é correto afirmar sobre esse procedimento licitatório:

- a) não é possível a utilização da modalidade diálogo competitivo para a realização de obras e reformas.
- b) caso a licitação seja contratada na modalidade diálogo competitivo, os membros da comissão de licitação devem ser preferencialmente concursados.
- c) no diálogo competitivo, a administração tem o dever de revelar a outros licitantes as soluções propostas comunicadas por um licitante independentemente do seu consentimento.
- d) o critério de julgamento, na concorrência, deverá preferencialmente ser o do menor preço, seguido pelo de maior desconto.
- e) na concorrência, o procedimento segue o rito comum, no qual, em regra, a habilitação ocorre após o julgamento.

**74.** José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.
- b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.
- c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.
- d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.
- e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

**75.** A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do Tribunal de Contas da União – TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

## ÉTICA

*Tiago Zanolla*

**76.** Considerando a Resolução CNJ n. 125/2010, é Quem auxiliará os Tribunais na organização dos serviços mencionados na Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses?

- a) Conselho Nacional de Justiça.
- b) Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) Ministério Público.
- d) Defensorias Públicas.
- e) Procuradorias.



**77.** Considerando a Resolução CNJ n. 125/2010, qual é o princípio fundamental que estabelece o dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão de conciliação ou mediação, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes?

- a) Decisão informada.
- b) Competência.
- c) Imparcialidade.
- d) Independência e autonomia.
- e) Confidencialidade.

**78.** Considerando a Resolução CNJ n. 174/2013, compete ao juiz togado e à Coordenação do Sistema dos Juizados Especiais a responsabilidade disciplinar e de avaliação dos juízes leigos, entendidas como meio para verificar o bom funcionamento e estimular a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema dos Juizados Especiais.

Acerca da instrução, uma vez encerrada, qual o prazo máximo que o juiz leigo tem para apresentar projeto de sentença?

- a) 3 dias
- b) 5 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias
- e) 30 dias

**79.** Consoante disposto na Resolução CNJ n. 410/2021, o Comitê de Integridade do Poder Judiciário (CINT), não tem como integrante.

- a) Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça.
- b) Representante de Tribunal Regional do Trabalho.
- c) Representante da Justiça Militar.
- d) Representante da Justiça Eleitoral.
- e) Representante do Ministério Público.

**80.** Considerando a Resolução CNJ n. 410/2021, assinale a opção correta acerca da composição e funcionamento do Comitê de Integridade do Poder Judiciário (CINT):

- a) Os membros do CINT serão indicados pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça para um mandato de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.
- b) Além do voto ordinário, o Juiz assessor da Presidência do Conselho Nacional de Justiça terá o voto de qualidade em caso de empate.
- c) Representantes de outros órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, bem como professores de notório e reconhecido conhecimento técnico em sistemas de integridade, poderão ser convidados a participar de reuniões do CINT, sem direito a voto.
- d) O CINT deliberará por maioria absoluta.
- e) O CINT se reunirá sempre que necessário, sendo as reuniões convocadas pelo Presidente do CNJ.

<b>DISCURSIVA</b>
-------------------

A inteligência artificial, com sua capacidade de processamento de dados e tomada de decisões autônomas, desponta como uma poderosa ferramenta de transformação em nossa sociedade. No entanto, junto com esse avanço tecnológico, emergem questões complexas e desafiadoras que precisam ser enfrentadas de forma ética e responsável.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

**OS DESAFIOS ÉTICOS E MORAIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---